

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ANA PAULA SANTOS SOUZA

**LITERATURA INDÍGENA: UM CAMINHO PARA A
INTERCULTURALIDADE**

SÃO PAULO

2023

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

ANA PAULA SANTOS SOUZA

**LITERATURA INDÍGENA: UM CAMINHO PARA A
INTERCULTURALIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Pedagogia, como exigência parcial para obtenção do diploma de **Pedagogo**, da Faculdade de Educação, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Anita Viviani Martins

SÃO PAULO

2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Sistema de Bibliotecas e Informação
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Souza, Ana Paula Santos

Literatura indígena: um caminho para a interculturalidade/ Ana Paula Santos Souza – São Paulo, 2023. f. 43

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Anita Viviani Martins
Trabalho de conclusão de curso (TCC) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP, apresentado à Faculdade de Educação, curso de Pedagogia, como exigência parcial para obtenção do diploma de Pedagogia, 2023.

Área de concentração:

Literatura Indígena. 2. Interculturalidade. 3. Educação

MEMORIAL

Minha trajetória acadêmica está permeada por minha identidade como Ana Paula Santos Souza, mulher de 27 anos pertencente à etnia PANKARARU, que cresceu em uma aldeia do interior do Estado de Pernambuco. Estas memórias abarcam as experiências pessoais como profissional, e o percurso como estudante e a perspectiva como futura pedagoga. Minha jornada inclui a condição de ser casada e mãe de um filho, Kauã, 7 anos, meu maior tesouro, cuja existência é motivo de profundo orgulho e alegria.

Sou filha de pai indígena e mãe não indígena. Meus pais estudaram até a quarta série, o que dificultou me apoiarem nos estudos durante o período em que vivi na aldeia. A importância dos estudos nem sempre pode ser valorizada seja porque era preciso trabalhar na roça ou realizar os trabalhos da casa. Cresci com muitas dificuldades para me dedicar aos estudos, as condições materiais não favoreciam a concentrar-me nos estudos, porém, o pouco que conseguia ver sobre o mundo da educação já me causava paixão e entusiasmo.

Nutri uma paixão inabalável pela educação, estabelecendo com clareza o caminho que desejava percorrer em minha futura graduação. Meu início na educação formal ocorreu aos 7 anos, quando adentrei a 1ª série do ensino fundamental I. A lembrança desse período é vívida, desde o primeiro dia de aula até as primeiras impressões sobre meus colegas e a minha dedicada professora, Maria do Carmo, a quem guardo um afeto especial. Essas experiências se tornaram decisivas para a escolha da minha profissão, o que aumentou quando tive a oportunidade de conviver com a minha avó paterna, assim quando ela iniciou seu ofício como professora.

Minha inspiração tem raízes familiares. Minha avó paterna, Maria do Socorro aos 18 anos, se dedicou-se ao ensino primário. Suas realizações me inspiraram profundamente, tendo em vista sua luta ao ensinar sem formação acadêmica. Nossa aldeia no interior do nordeste situava-se a 5 km da cidade, conhecida como Brejo dos Padres, englobando os municípios de Tacaratu, Petrolândia, Itaparica e Jatobá. Minha avó era feirante e eu trabalhava com ela. Ao lecionar no EJA, aos 25 anos após concluir um curso que se chamava “logo dois” primário e supletivo. Ela dava aula embaixo das árvores, pois não tinha escola na comunidade, posteriormente deram um quartinho para que ela pudesse lecionar. A partir dessa caminhada que acompanhei minha avó, segui inspirada por sua trajetória, o que certamente me marcou e influenciou até hoje. A força dessa ancestralidade que carrego comigo me fornece a potência e a força de que necessito para enfrentar as dificuldades da minha vida, sobretudo me impulsionando em continuar estudando mesmo quando sofria bullying e chacota dos colegas

da cidade onde eu estudava, por acharem que, pelo fato de sermos indígenas, não reuníamos as condições cognitivas para o aprendizado formal.

Minha educação transcorreu em escolas públicas, na escola municipal de Tacaratu, Pernambuco. Minha alfabetização foi conduzida em casa por minha avó, uma prática comum em nossa família, dado que na comunidade não possuía escola. Aos 9 anos, minha tia Nazaré, residente em Jatobá, intervindo devido às dificuldades que enfrentávamos, matriculou-me em uma escola que oferecia ensino integral, proporcionando educação de qualidade e cuidados alimentares. Inicialmente, adaptei-me com desafios, dada a minha tenra idade entre estudantes mais velhos. Contudo, os recursos educacionais e o enfoque no pensamento crítico, baseado em nossa realidade, logo conquistaram meu entusiasmo. Recordo-me vividamente de ter representado o papel de professora em um projeto elaborado por minha mestra, um momento que me cativou e marcou o início de minha busca pelos meus sonhos, a partir desse marco, todo o processo formativo posterior fortaleceu-se pelo desejo de ser professora.

Em 2011, ingressei no curso de magistério, uma jornada de quatro anos repleta de aprendizado. As experiências de estágio e regência durante esse período encantaram-me diariamente. Ao concluir o curso, minha pesquisa de TCC concentrou-se nas questões do Bullying, uma vez que, como indígena, frequentemente não era reconhecida em sala de aula como uma contribuinte válida para meu próprio aprendizado.

Em 2015, mudei-me para São Paulo, enfrentando anos de desafios em busca de oportunidades para cursar o ensino superior, apesar das dificuldades financeiras e falta de acesso aos cursinhos preparatórios para o vestibular. Foi somente em 2019 que encontrei o Programa Pindorama da PUC-SP, uma descoberta que abriu as portas para meus sonhos. Após o vestibular, ingressei como aluna bolsista, desfrutando de quatro anos repletos de experiências enriquecedoras, apesar das adversidades cotidianas, como morar muito distante da universidade e ter que conciliar o trabalho, a maternidade, as atividades domésticas e os estudos. Em 2020 veio a pandemia do COVID19 e as atividades letivas migraram para o ensino remoto, o que acabou trazendo muitos desafios inéditos, adicionando camadas de desafios e dificuldades. Em 2022 retornamos ao presencial, desafios continuaram, porém agora já com outra maturidade, tendo em vista os processos vivenciados durante esse período pandêmico.

A escolha do tema para meu TCC reflete um olhar que abraça tanto o passado quanto o futuro. Como uma estudante de ancestralidade indígena, almejo contribuir para a formação de pensadores críticos que valorizem os saberes transmitidos pelas gerações passadas.

Motivada pelas vivências nos estágios e trabalhos tanto na rede pública quanto particular, percebi que a literatura indígena é menosprezada e a escola se torna um espaço para reprodução da literatura europeia, desconectada dos saberes tradicionais, as crianças crescem aprendendo histórias de princesas e príncipes que não fazem parte da sua realidade nem do imaginário popular do Brasil. Tais histórias se popularizam, ao passo que a literatura e oralidade indígenas, próprias da realidade brasileira são menosprezadas e relegadas ao esquecimento, ainda que a Lei existe para possibilitar a inserção de tais conteúdos nos currículos pedagógicos, o que não é feito, quando feito, isso ocorre inadequadamente ou de forma estereotipada em datas comemorativas. Assim, o tema do meu TCC pretende discutir essa problemática e lançar um olhar respeitoso e cuidadoso para a importância da educação indígena.

São Paulo,

19 de outubro de 2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho de conclusão de curso a minha avó Maria do Socorro, por todo amor e carinho que tem por mim, e eu por ela. Por ser a minha base desta realização. Em especial ao meu filho Kauã, que mostrou um novo e mais lindo sentido da vida. Dedico ao meu esposo Rivaldo, pelo incentivo e apoio durante a realização deste trabalho. E a todos os profissionais da educação, que buscam uma educação intercultural, democrática e humanizadora, que valorize os saberes ancestrais.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, e a força da minha ancestralidade, que me concedeu sabedoria, fornecendo-me saúde, força e coragem para escrever o presente trabalho. Em especial ao meu filho Kauã por sempre me fazer sentir forte. Ao meu esposo Rivaldo pelo companheirismo e incentivo durante o curso. A minha família que mesmo longe, torce por mim, agradeço a minha avó Maria do Socorro, que sempre acreditou em mim, sendo o real motivo da minha conquista. E a minha Madrinha Zilda (*in memoriam*) por todo apoio a minha educação, espero que esteja orgulhosa de mim.

Aos meus professores, que estiveram comigo e contribuíram com a minha formação. Em especial a minha orientadora Profa. Dra. Maria Anita Viviani Martins, pela paciência, apoio e confiança durante a construção deste trabalho.

Não posso deixar de agradecer ao Programa Pindorama da PUC-SP, que abriu as portas para realização deste sonho, e que teve grande importância em meu ingresso na universidade. Agradeço a coordenação, que luta, e que nos ensina e nos faz acreditar que nos indígenas devemos lutar pelos nossos direitos. Em agradecimentos ao Sr. Benedito Prézia, Daniela Reis e José Agnaldo que me orientou e apoiou dentro da universidade.

Agradeço as minhas amigas e colegas, que estiveram comigo durante esses quatro anos de formação, que pude aprender e compartilhar experiências. Quero agradecer a minha terapeuta Myrt Tânia e minha companheira de trabalho Elisângela Arruda por ser dois anjos em minha vida. Por fim, agradeço de forma direta e indiretamente na construção deste trabalho. Obrigada!

EPÍGRAFE

É preciso combater a
“invasão cultural”.

Paulo Freire.

RESUMO

SOUZA, Ana Paula Santos. **Literatura indígena: um caminho para a interculturalidade.** 2023. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP 2023.

O presente trabalho teve por objetivo principal estudar a literatura indígena, como elemento participante da educação brasileira. Que se fez necessário compreender a forma e as práticas que os professores possam trabalhar a literatura indígena dentro do âmbito escolar. Portanto, ressalto que o objetivo dessa pesquisa é compreender e promover diálogos interdisciplinares que contribuam para o repertório do conhecimento intercultural. Ao tratar sobre a importância do ensino étnico racial, no desenvolvimento escolar, com fundamentos que apresenta a literatura indígena, como fator contribuinte desse processo de ensino. A pesquisa caracteriza-se como exploratória e qualitativa e na coleta de dados, sua natureza é bibliográfica. Serão apresentadas referências em Revistas qualificadas e obras que tratam do aprofundamento da temática, que proporciona a importância da inserção da literatura indígena nas escolas. Assim, evidencia-se refletir em literaturas indígenas, em busca de uma educação intercultural, democrática e humanizadora. Como marco teórico para alcançar os objetivos da presente pesquisa, tem-se principalmente Daniel Munduruku, Cristino Wapichana e Conceição Evaristo. Após todo estudo, foi possível compreender que outras ações e propostas são necessárias para a inclusão da temática.

PALAVRAS - CHAVE: LITERATURA INDÍGENA, INTERCULTURALIDADE E EDUCAÇÃO

ABSTRACT

SOUZA, Ana Paula Santos. **Literatura indígena: um caminho para a interculturalidade.** 2023. 43 f. Trabalho de Conclusão de Curso da Faculdade de Educação, Curso de Pedagogia, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP 2023.

The main objective of this work was to study indigenous literature, as a participating element of Brazilian education. It was necessary to understand the way and practices in which teachers can work with indigenous literature within the school context. Therefore, I emphasize that the objective of this research is to understand and promote interdisciplinary dialogues that contribute to the repertoire of intercultural knowledge. When dealing with the importance of racial-ethnic teaching, in school development, with foundations presented by indigenous literature, as a contributing factor to this teaching process. The research is characterized as exploratory and qualitative and in data collection, its nature is bibliographic. References will be presented in qualified magazines and works that deal with the deepening of the theme, which provides the importance of including indigenous literature in schools. Thus, it is evident to reflect on indigenous literatures, in search of an intercultural, democratic and humanizing education. As a theoretical framework to achieve the objectives of this research, there are mainly Daniel Munduruku, Cristino Wapichana and Conceição Evaristo. After all the study, it was possible to understand that other actions and proposals are necessary to include the topic.

KEY-WORDS: INDIGENOUS LITERATURE, INTERCULTURALITY AND EDUCATION

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. LITERATURA INDÍGENA.....	14
1.1. LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL EM RELAÇÃO A LITERATURA INDÍGENA.....	17
1.2. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA PARA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA.....	20
1.3. RELEVÂNCIA DE ESCRITORES INDÍGENAS.....	23
2. DESAFIOS DA INTERCULTURALIDADE.....	25
2.1. A LITERATURA INDÍGENA DAS ESCOLAS PÚBLICAS.....	28
2.2. CURRÍCULO DA CIDADE POVOS INDÍGENAS: ORIENTAÇÕES PEDAGÓGICAS.....	31
3. CONSIDERAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES SOBRE CULTURA E LITERATURA INDÍGENA E AS SUAS RELAÇÕES.....	35
3.1 NATUREZA E LENDAS.....	36
3.2 DANÇAS E JOGOS.....	38
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

INTRODUÇÃO

Esse Trabalho de Conclusão de Curso objetiva tratar a importância do ensino das questões étnico raciais nas unidades escolares e, especificamente, a literatura indígena como parte desse processo no ensino. A escolha desse tema de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) decorre da minha própria experiência escolar na condição de aluna com ancestralidade indígena. Pertencço a comunidade Pankararu. O pano de fundo dessa pesquisa atravessa o passado da minha experiência, um olhar sobre o presente e a perspectiva de futuro que envolvem o ensino, a literatura e as questões étnico racial.

Nos anos iniciais, no ciclo de alfabetização, estudei em escolas que não pertenciam a aldeia, escolas públicas que não me propuseram o contato com literaturas indígenas. Esse fato nos permite considerar dois aspectos: o primeiro deles é a invisibilidade pessoal que são acometidos os estudantes indígenas, pois eu sendo indígena não era reconhecida como tal no contexto escolar. O segundo aspecto é a invisibilidade cultural, pois a literatura didática sobre os povos indígenas não compunha o ensino oficial.

Partindo desse contexto, pretendo com essa pesquisa contribuir para o reconhecimento da importância da literatura indígena no processo de desenvolvimento das crianças nos anos iniciais de sua alfabetização. Isso não significa ignorar sua importância nos ensinamentos fundamental e médio, mas o foco dessa pesquisa recai sobre os primeiros anos no processo de desenvolvimento escolar. Nesse sentido o trabalho a ser desenvolvido aborda eixos norteadores de compreensão de mundo, educação e identidade.

De acordo com a Lei 11.645, de 10 de março de 2008, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura indígena e afro-brasileira nos estabelecimentos do ensino fundamental e médio, porém, quando observamos experiências de sala de aula, torna-se evidente que o ensino étnico racial acontece de maneira superficial em datas comemorativas, ou não acontece. Nas datas comemorativas o indígena é representado de maneira folclórica e caricatural levando em conta apenas a perspectiva do não indígena sobre o indígena.

Ainda sobre o cumprimento da Lei 11.645 o escritor e ativista indígena Daniel Munduruku, (2023) em seus relatos, ressalta que o planejamento escolar está muito de acordo com a ótica ocidental, a lógica da exclusão e isso acontece porque as escolas planejam de acordo com um calendário previamente formulado e tendem a reproduzir as datas comemorativas de forma aleatória e exclusiva, no sentido da exclusão. O autor afirma que o calendário escolar reproduz o capitalismo

e a lógica do consumismo. Não é interessante economicamente falando, investir em datas que tratam a questão indígena, o que faz com que a escola trabalhe apenas porque é obrigatório.

Pensando na escola contemporânea, em tempos atuais, os educadores têm mais acesso à obras que tratam as relações étnico raciais, portanto do meu ponto de vista, o que falta é o investimento na desconstrução do currículo, este ainda centrado na cultura europeia, e um olhar mais cuidadoso para nossa verdadeira história, nossas origens. Ao afirmar nossa “nossa história” me refiro a minha ancestralidade, mas também me refiro a história que funda e constitui a nação brasileira.

Vivemos num país que não conhece sua história, sua socio diversidade e que reproduz estereótipos e desvaloriza os saberes ancestrais do seu povo, cabe partir da escola essa mudança de perspectiva. Então, com o intuito de apresentar o problema, o seguinte Trabalho de Conclusão de Curso traz em seu objetivo geral tratar sobre a importância do ensino étnico racial no desenvolvimento escolar de crianças, e, para desenvolvê-lo se faz específicos compreender os fundamentos que apresenta a literatura indígena como fator contributivo desse processo de ensino.

Partindo desse contexto, a presente pesquisa caracteriza-se como exploratória e/ou descritiva, considerando que pretendo contribuir para o aumento de pesquisas sobre a temática. Pois como indígena, possuo conhecimentos da cultura e tenho como pretensão por meio desse trabalho contribuir com meus saberes e ancorada em autores que dialogam com a temática indígena utilizando a metodologia de cunho bibliográfico e/ou documental.

1. LITERATURA INDÍGENA

A literatura indígena sempre existiu, esta produção literária indígena na forma escrita ganhou forças na década de 1980, com o intuito de que as escolas indígenas refletissem sobre a cultura e a realidade de cada povo. De fato, a literatura indígena se tornou literária principalmente em escolas públicas.

Portanto, descrever o que é literatura indígena, é relatar a cultura, educação e a realidade muito antes de 1500. Em um cenário atual em que o meio-ambiente está sob grave ameaça e as relações sociais encontram-se cada vez menos solidárias, os ensinamentos desses povos ganham ainda mais relevância ao promover uma visão não utilitarista da natureza e uma vida em sociedade menos individualista. O sistema neoliberal depreda o meio ambiente e transforma o que é de direito em mercadoria, como a educação e a saúde por exemplo.

Todos os seres humanos têm direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A educação elementar será obrigatória. (...) O mesmo princípio está na Constituição Brasileira, de 1988¹:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

A partir da Constituição de 1988, os povos indígenas passaram a ter o direito a uma educação escolar intercultural, bilingue e comunitária. Isso quer dizer que a educação escolar indígena está inserida no sistema educacional nacional, mas respeita a diversidade e as especificidades das culturas dos povos nativos. Então as escolas indígenas têm direito de ensinar as línguas indígenas além do português, ter um calendário escolar adaptado às atividades rituais e cotidianas de cada contexto, a transmissão de conhecimentos tradicionais dentro da escola e a participação da comunidade nas decisões dos objetivos da escola.

Conceição Evaristo (2020) afirma que, apesar disso, para os povos originários, os descendentes de africanos escravizados no Brasil e a população de baixa renda, essa educação nunca foi um direito, e está sendo conquistada com muita luta, que começou em meados do século passado. Algumas décadas já se somam nessa luta e algumas conquistas foram feitas.

¹ https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 27 de setembro de 2023.

Porém Conceição Evaristo (2020) ainda vê esse direito sonogado para muitos, principalmente para a população de baixa renda, indígenas e descendentes de africanos. Isso pode acontecer, inclusive, quando essa educação é oferecida. Ela explica:

Muitas vezes, mesmo estando na escola, as crianças indígenas não atingem a proficiência adequada para viver numa sociedade que está baseada na escrita – e na escrita na língua portuguesa. (CONCEIÇÃO EVARISTO, 2020).

Os povos indígenas possuem uma rica tradição oral, que é transmitida de geração em geração há milênios. A oralidade é a base da cultura indígena e está presente em rituais, cantos, mitos, lendas, narrativas e histórias. A escrita, introduzida pelos colonizadores europeus, foi adotada posteriormente por alguns indígenas, que passaram a registrar suas histórias e conhecimentos em línguas nativas ou na língua portuguesa. A literatura indígena é composta por um conjunto de manifestações literárias produzidas pelos povos indígenas, que têm suas próprias tradições, histórias e formas de expressão. Ao longo dos séculos, essas comunidades têm preservado e transmitido sua cultura por meio da oralidade e, mais recentemente, através da escrita.

Segundo MUNDURUKU (2020) seja com a palavra falada ou escrita, seja como professor ou escritor, ele procura estimular as crianças e os jovens que são seus alunos e leitores com a simbologia presente nas culturas dos povos originários. Acreditando que o contato com as mais diferentes culturas é fundamental para que eles cresçam adultos pensantes e comprometidos com seu tempo, com sua história e seu lugar, livres de preconceitos e de estereótipos, Daniel levou todo seu conhecimento para os mais de 50 livros que escreveu.

Entre o domínio das linguagens da contemporaneidade e da presença de indígenas atuantes em vários campos do conhecimento e das artes, a literatura não poderia ficar de fora. Com um conceito mais amplo dessa forma de expressão, Daniel Munduruku (2020) ressalta que a literatura já era presente em outras manifestações artísticas dos povos originários antes mesmo de eles/deles dominarem a escrita, mas que ganhou força depois que as crianças e os jovens indígenas tiveram assegurados, pela Constituição de 1988, que em seu artigo 210 busca garantir o reconhecimento do direito dos indígenas de manterem sua identidade cultural, o uso de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem, cabendo ao Estado proteger as manifestações das culturas indígenas.

A literatura indígena é complexa, e por ser pouco conhecida e difundida traz histórias e saberes narrados oralmente. Entretanto, vale ressaltar que apesar das histórias e saberes indígenas tenham sua base na oralidade elas se ampliam para outras formas de narração para além da oralidade. A transmissão de conteúdos se dá através da pintura, da dança, das festas, dos ritos e tantas outras formas que caracterizam expressões da cultura. Pode-se contar uma história pelas

mãos que manipulam ervas para aplacar as dores do corpo e da alma. Ao longe, um aceno de mãos no momento de uma despedida contém uma história que poderá ser ou não narrada em literatura. Conforme nos aponta Junqueira:

Estabelece-se a comunicação através de diversos tipos de linguagem. Ao lado da principal delas, que é a língua falada, fazem uso de expressões corporais, desenhos, músicas e uma série de outros recursos nem sempre fáceis de serem percebidos por um estranho. (JUNQUEIRA, 1991, p. 67)

A literatura indígena é biográfica, antropológica, etnográfica e crítica, permitindo uma visão de mundo e identidade. Na cultura indígena a literatura oral e escrita não concorrem, coexistem. As relações entre a oralidade e a escrita, intensificaram o processo de construção de sistemas alfabéticos escritos em línguas indígenas. Portanto como mencionado, a literatura indígena é uma tradição oral que são narrativas tradicionais do seu povo, através, dos poemas, canções e danças. Por fim, a literatura indígena é um fenômeno cultural e político que compreende o pertencimento a memória, identidade e resistência dos povos originários.

1.1 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em relação a Literatura Indígena

Para o desenvolvimento dessa pesquisa faz-se necessário localizar os norteadores legais que instituem e orientam o processo educacional no país, por essa razão vejamos o que nos diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, (1996) é um dos princípios norteadores do ensino nacional, o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, garantindo às escolas indígenas um processo educativo diferenciado e respeitoso de sua identidade cultural e bilíngue.

O 3º parágrafo do artigo 32, “assegura às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

O artigo 78 afirma que a educação escolar para os povos indígenas deve ser intercultural e bilíngue, visando a “reafirmação de suas identidades étnicas, recuperação de suas memórias históricas, valorização de suas línguas e ciências, além de possibilitar o acesso às informações e conhecimentos valorizados pela sociedade nacional.

O artigo 79 prevê que a União apoiará técnica e financeiramente os sistemas indígenas, desenvolvendo “programas integrados de ensino e pesquisa (...) planejados com a audiência das comunidades indígenas (...), com os objetivos de fortalecer as práticas socioculturais e a língua materna (...), desenvolver currículos e programas específicos, neles incluindo conteúdos culturais correspondentes às respectivas comunidades (...), elaborar e publicar sistematicamente material didático específico e diferenciado”. Então podemos dizer que os povos indígenas têm o direito de terem escolas que respeitem os seus modos de viver, deixando de impor uma educação ocidentalizada.

Segundo o Censo Escolar de 2022, das 178,3 mil escolas de ensino básico, 3.541 (1,9%) estão localizadas em terra indígena — ministram conteúdos específicos e diferenciados, de acordo com aspectos etnoculturais — e 3.597 (2%) oferecem educação indígena, por meio das redes de ensino, com um total de mais 285 mil estudantes e 20 mil professores que atendem cerca de 305 etnias e que falam 274 línguas diferentes. Cabe ressaltar que o ensino dessas línguas ocorre especificamente nas escolas indígenas e quando o estudante necessita migrar para uma escola de ensino regular é ele quem acaba tendo que se adequar aos modelos de ensino.

Partindo desse contexto, se faz necessário que as escolas regulares dediquem mais espaços de suas práticas pedagógicas na busca de atender as adversidades, que respeitem o que está posto da Constituição e na Lei 11.645, pois é uma forma de fazer com que todos os estudantes

sejam eles afrodescendentes ou indígenas se tornem pertencentes aos territórios que ocupam quando falamos em instituições escolares. Ainda é comum lembrar das etnias indígenas apenas nas datas comemorativas e de maneira estereotipada desmerecendo a cultura dos povos originários.

Os povos indígenas têm afirmado que assumir a educação escolar é um grande desafio, e a razão principal não é o desconhecimento de procedimentos didáticos ou de conteúdos curriculares, mas o fato de serem lógicas distintas as que fundamentam a organização da escola e a vida em suas comunidades. (BONIN, 2012, P.33).

Na perspectiva de BONIN, (2012) a organização dos currículos escolares indígenas está estruturada de acordo com seus conhecimentos ancestrais, portanto para os povos indígenas, se faz necessário uma busca pela valorização da cultura, que seja significativo para o mundo ocidental, potencializando quais os conhecimentos entram na escola, o que é considerado mais relevante e quais as disciplinas são mais valorizadas.

A perspectiva de Bonin está de acordo com o proposto nas leis, porém apesar de a lei 11.645 ser de 2008 ainda não existe um investimento por parte das redes de ensino na valorização do currículo indígena, nos saberes trazidos pela cultura dos povos originários, na inclusão dos estudantes e os saberes que trazem de suas etnias, pelo contrário, em muitas ocasiões se deparam com suas histórias contadas na escola de maneira desconstruída e desvalorizada.

Além disso, a ausência de investimento em estudos no currículo principal das licenciaturas dos cursos de pedagogia contribuem para a perpetuação de uma visão de mundo eurocêntrica, de preconceitos e estereótipos raciais e para uma atmosfera de intolerância cultural e religiosa, não existe também o investimento na formação dos educadores, porém esse fator não deve servir de “desculpa” para não ser ofertada a implementação do que é proposto na lei, pois o que deve preponderar é o direito garantido aos povos indígenas, uma educação de equidade e inclusiva.

Do meu ponto de vista como futura educadora parto do pressuposto que o professor precisa buscar seu processo de formação em vista de garantir que seus educandos possam ser respeitados e se sentirem pertencentes ao território que ocupam. Já existem em algumas redes o que é o caso, por exemplo, da rede em que atuo como estagiária com documentos orientadores para o trabalho com a educação étnico racial e que contempla tanto os povos originários como os afrodescendentes. Existem também estudiosos que trazem grandes contribuições teóricas como Daniel Munduruku, por exemplo, que é um dos responsáveis pelo Documento “Povos Indígenas Orientações Pedagógicas” publicado em 2019.

Para se cumprir a lei se faz necessário que cada segmento da educação cumpra com seu papel: professores coordenadores como mediadores entre o currículo e o corpo docente, professores em busca de atualizar-se, diretores que propiciem momentos de trocas de reflexão em momentos de reuniões pedagógicas, que ao pensar em seus calendários escolares levem em consideração a importância de tratar as questões da interculturalidade.

1.2 Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica para Educação Escolar Indígena

Segundo as Diretrizes Curriculares da Educação Básica (Brasília, 2013). “As Diretrizes resultam do crescente papel que o protagonismo indígena tem desempenhado no cenário educacional brasileiro, seja nos diferentes espaços de organizações de professores indígenas nas suas mais diversas formas de associações, seja por meio da ocupação de espaços institucionais estratégicos como as escolas, as Coordenações Indígenas nas Secretarias de Educação, no Ministério da Educação, bem como a representação indígena no Conselho Nacional de Educação (CNE)”.

De acordo com o parecer relatado no livro: Diretrizes Curriculares Nacionais Da Educação Básica (2013). A primeira conferência nacional da educação escolar indígena, foi um momento histórico, que em 2009, assumiu a relatoria em busca de promover práticas que desse continuidade na educação básica, promovendo um diálogo intercultural entre o estado brasileiro e os povos indígenas. Diante dessa pesquisa, é importante destacar que a educação intercultural e bilíngue, é desmistificada, sendo considerada uma educação sem qualidade, pois como foram ressaltados por diversas vezes nesse trabalho, pouco se fala em ensino para as adversidades, não existem um olhar as questões étnico raciais tanto afrodescendentes como indígenas.

Partindo de toda a reflexão proposta neste presente escrito, deixo como contribuição as diretrizes Curriculares e que objetivam os seguintes aspectos:

- a) orientar as escolas indígenas de educação básica e os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na elaboração, desenvolvimento e avaliação de seus projetos educativos;*
- b) orientar os processos de construção de instrumentos normativos dos sistemas de ensino visando tornar a Educação Escolar Indígena projeto orgânico, articulado e sequenciado de Educação Básica entre suas diferentes etapas e modalidades, sendo garantidas as especificidades dos processos educativos indígenas;*
- c) assegurar que os princípios da especificidade, do bilingüismo e multilinguismo, da organização comunitária e da interculturalidade fundamentem os projetos educativos das comunidades indígenas, valorizando suas línguas e conhecimentos tradicionais;*
- d) assegurar que o modelo de organização e gestão das escolas indígenas leve em consideração as práticas socioculturais e econômicas das respectivas comunidades, bem como suas formas de produção de conhecimento, processos próprios de ensino e de aprendizagem e projetos societários;*

e) fortalecer o regime de colaboração entre os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, fornecendo diretrizes para a organização da Educação Escolar Indígena na Educação Básica, no âmbito dos territórios etnoeducacionais;

f) normatizar dispositivos constantes na Convenção 169, da Organização Internacional do Trabalho, ratificada no Brasil, por meio do Decreto Legislativo nº 143/2003, no que se refere à educação e meios de comunicação, bem como os mecanismos de consulta livre, prévia e informada;

g) orientar os sistemas de ensino da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a incluir, tanto nos processos de formação de professores indígenas, quanto no funcionamento regular da Educação Escolar Indígena, a colaboração e atuação de especialistas em saberes tradicionais, como os tocadores de instrumentos musicais, contadores de narrativas míticas, pajés e xamãs, rezadores, raizeiros, parteiras, organizadores de rituais, conselheiros e outras funções próprias e necessárias ao bem viver dos povos indígenas;

h) zelar para que o direito à educação escolar diferenciada seja garantido às comunidades indígenas com qualidade social e pertinência pedagógica, cultural, linguística, ambiental e territorial, respeitando as lógicas, saberes e perspectivas dos próprios povos indígenas.

Este documento abarca o “DIREITO À EDUCAÇÃO ESCOLAR DIFERENCIADA”. Após a constituição de 1988, as comunidades indígenas buscam e lutam por uma educação escolar diferenciada que respeite os direitos e deveres dos povos indígenas dentro do âmbito educacional e social. Dessa forma as Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada etapa da educação básica e as características próprias das escolas indígenas, em respeito à especificidade étnico – cultural de cada povo, para que o processo do ensino e da aprendizagem aconteçam com sucesso.

O direito à escolarização nas próprias línguas, a valorização de seus processos próprios de aprendizagem, a formação de professores da própria comunidade, a produção de materiais didáticos específicos, a valorização dos saberes e práticas tradicionais, além da autonomia pedagógica, são exemplos destes novos papéis e significados assumidos pela escola. (2013, p.377).

A escola vem se pronunciando, como lugar estratégico, a fim de dar continuidade sociocultural de seus modos de ser, viver, pensar e produzir significados. Portanto a escola vem cooperando para a melhoria das condições de vida das comunidades indígenas, garantindo sustentabilidade, quanto promover a cidadania diferenciada dos estudantes indígenas. Nessa perspectiva, vale citar que a luta a escola indígena diferenciada, vem desde a década de 1970, em busca de seus direitos e interesses.

O Documento afirma, que as “Novas diretrizes passaram a orientar as práticas pedagógicas e curriculares nas escolas indígenas, no rumo de uma educação escolar própria ou, como passou

a ser concebida, uma Educação Escolar Indígena diferenciada, específica, intercultural, bilíngue e multilíngue". (pág.378.) Partindo desse contexto, justifico que se faz presente para constituir uma educação indígena diferenciada é o projeto político pedagógico indígena, que é construído a partir das necessidades da escola e comunidades indígenas. Com o objetivo de desenvolver propostas pedagógicas garantindo a liberdade e a autonomia para a conquista do espaço de direito, numa luta contínua e faz prevalecer a valorização da cultura indígena.

Dessa forma trabalhar com as Diretrizes Curriculares Nacionais referentes a cada etapa da educação básica e as características próprias das escolas indígenas, em respeito à especificidade étnico – cultural de cada povo, para que o processo ensino -aprendizagem aconteça com sucesso. Formando cidadãos sem perder a essência da cultura privilegiando uma educação de qualidade assegurada nas leis federais.

É importante mencionar que o avanço e conquista adquirida de forma democrática e autônoma, possibilitou um currículo indígena diferenciado, específico e intercultural, relacionando-o com os da base comum curricular (BNCC). O currículo indígena abrange as diretrizes curriculares nacionais. O currículo indígena está dentro de sua especificidade e preocupa-se com a qualidade de ensino, adotando novas formas metodológicas de trabalhar os conteúdos baseados em orientações didáticas mediada a equipe de coordenação.

O currículo diz respeito aos modos de organização dos tempos e espaços da escola, de suas atividades pedagógicas, das relações sociais tecidas no cotidiano escolar, das interações do ambiente educacional com a sociedade, das relações de poder presentes no fazer educativo e nas formas de conceber e construir conhecimentos escolares. Está presente, desse modo, nos processos sociopolíticos e culturais de construção de identidades. (2013, p. 394).

Ter em vista um currículo indígena diferenciado, é relevante a utilização de meios e instrumentos de avaliações diagnósticas, isto é, colher dados sobre o rendimento dos alunos, na busca de refletir sobre suas dificuldades, para que possam tomar decisões sobre o trabalho docente, reformulando quando os resultados não forem satisfatórios. Assim constatamos que os conhecimentos, saberes culturais e tradicionais presentes nas comunidades indígenas, se tornam conteúdo do currículo indígena, na busca do fortalecimento dos valores da identidade étnica e cultural, como perspectiva de elevar a educação escolar indígena.

1.3 Relevância de escritores Indígenas

Diante do repertório literário, a pesquisa está focada em torno da produção indígena, em termos de recepção crítica, partindo de autorias dos próprios indígenas enquanto protagonistas que estão se lançando como escritores/as de narrativas indígenas, compondo, assim, esse, movimento literário emergente que reúne oralidade, escrita alfabética, obra publicada e mídias sociais.

A literatura indígena existe e possibilita a memória oral e escrita aos nossos ancestrais e povos não indígenas, pois por meio da literatura indígena, reafirmar o estar no mundo é a nossa identidade. A relação entre a literatura indígena e o meio ambiente, requer um olhar Interdisciplinar, que seja possível transmitir seus saberes, através de poesia, lendas e danças.

Podemos assinalar que a literatura indígena dispõe de um potencial político importante pois ela conecta gerações, exprime a diversidade de mundos sem romper com o diferente, a literatura indígena não rompe com a literatura não indígena, ela amplia repertórios. Mas igualmente pertinente assinalar que a literatura indígena também se insere no tensionamento com a literatura não indígena, aqui compreendida como literatura hegemônica, carregada por vezes de preconceito contra os indígenas. Por isso a importância de destacar, neste capítulo, a relevância de escritores indígenas.

A meu ver a fundamentação teórica e as contribuições trazidas pelos escritores que tratam a literatura indígena é o caminho para mudar a realidade das redes de ensino na questão do atendimento aos direitos dos estudantes indígenas. Toda prática está atrelada à teoria e será estudando que o professor vai adquirir subsídios para compreender que é necessário incorporar aos seus planos de aula momentos que tenham um olhar crítico e reflexivo sobre a cultura trazida pelos povos indígenas. É preciso propiciar momentos em que os meninos e as meninas indígenas possam relatar suas experiências, seus saberes e vivências, precisam sentir-se pertencentes ao grupo tendo sua cultura enaltecida e apreciada pelos demais.

A autora Clara Almeida (2019), *apud* professora Janice Thiél (2019) defende a leitura de obras indígenas dentro da escola e da universidade como forma de aproximação cultural entre esses povos e a sociedade urbana. Segundo Janice Thiél, é possível considerar que “As obras de autores indígenas podem e devem ser lidas e estudadas para que se promova o letramento cultural e literário e para que se conheça como eles contribuem para a construção da diversidade da literatura brasileira, pois os grupos indígenas não fazem parte apenas do passado dessa nação, mas de seu presente e futuro” (n.p.).

Na perspectiva da autora Clara Almeida (2019), *apud* Janice Thiél (2019). *“Muitos escritores indígenas reconhecidos por suas obras e divulgados pela mídia transitam por espaços urbanos, vivem em grandes cidades, criam seus textos e desenvolvem estudos e pesquisas em espaços acadêmicos nacionais e internacionais. Eles não estão restritos às suas comunidades étnicas, refletem criticamente sobre diversos temas de alcance local e global, como outros autores de diferentes culturas”* (n.p.).

Pensando nesse aspecto, atualmente, o acesso à informação com vistas a formação docente é mais fácil, são muitos os meios disponíveis bastam apenas que professores estejam abertos e reconheçam que é necessário repensar e reestruturar suas práticas.

2. DESAFIOS DA INTERCULTURALIDADE

Para abordar o conceito de interculturalidade apresento a compreensão dada pela autora Lisette Weissmann (2018), *apud* María Laura Méndez (2013, comunicação oral) que define como "[...] uma série de gestos, práticas, que supõem sempre uma situação".

Na leitura dos signos que revelem a interculturalidade, podemos nos sentir violentados em nossas representações e modos habituais de reconhecimento. Através da leitura dos signos, enxergaremos outros elementos que fazem parte da situação em relações diversas. (MÉNDEZ,2013, p. 27).

A autora considera toda construção intercultural como uma situação em que a combinação dos elementos é inesperada e complexa. Constitui o processo como miscigenação, o que significa falar de uma combinação ou montagem de elementos heterogêneos, em que cada um conserva sua particularidade, dentro da qual permanece a diferença.

O conceito representa um diálogo em imanência, em paridade, um diálogo de confiança, criando uma estética de muitas vozes que falam e conversam, se sucedem, se contradizem e, às vezes, também se interrompem. Esse diálogo tem que ser posto em prática, para ter as ideias encarnadas, fazendo-se presentes na pluralidade de pontos de vista, sem que nenhum prevaleça sobre o outro. Na visualização e enunciação das forças de poder se formarão espaços para diferentes processos de subjetivação. A interculturalidade se separa da cultura hegemônica, na procura de diálogos ou gestos interculturais".

O Brasil é um país com grande abrangência quando falamos de interculturalidade, pois diversas culturas habitam esse mesmo território convivendo entre si e contribuindo por meio de particularidades específicas no que diz respeito aos seus costumes e suas tradições.

Canclini (2004, pág. 27) *“salienta que a interculturalidade remete à confrontação e entrelaçamentos, porque se trata de grupos entrando em relacionamento e intercâmbio, entre os quais a diferença estabelece relações de negociação, conflito e empréstimo recíproco, respeitando as disparidades”*.

Quando falamos entre interculturalidade e atrelamos à escola pensamos a escola como espaço que atende diferentes atores que trazem especificidades culturais. A escola está imersa em uma cultura local e geral e é pensada para ser transmissora das mesmas. Mas quando as várias culturas aparecem nela, às vezes tentam ser apagadas para apelar a uma educação homogênea na qual as diferenças muitas vezes não são respeitadas.

A escola ao elaborar seus documentos esses não são produzidos de acordo com as especificidades dos diferentes grupos e etnias, elabora-se o currículo de uma forma hegemônica como se um mesmo plano de aula desse conta de atender a todos.

Sobre esse aspecto Canclini (2004, p.161) assinala:

[...] as identidades dos sujeitos formam-se agora nos processos Inter étnicos e internacionais, entre fluxos produzidos pelas tecnologias e as corporações multinacionais; intercâmbios financeiros globalizados, repertórios de imagens e informação criados para serem distribuídos a todo o planeta pelas indústrias culturais. Hoje imaginamos o que significa serem sujeitos não somente desde a cultura em que nascemos, mas, desde uma enorme variedade de repertórios simbólicos e modelos de comportamento. Podemos cruzá-los e combiná-los [...]. Os sujeitos vivem trajetórias variáveis, indecisas, modificadas uma e outra vez. Viver em trânsito, em escolhas que mudam e são inseguras, com remodelações constantes das pessoas e suas relações sociais, parece conduzir a uma construção mais radical [...]. As certezas das teorias sobre o indivíduo e a sociedade são postas entre sinais de pergunta pela recomposição das ordens socioculturais que alcançam a todos.

É papel da escola adequar-se ao processo de globalização, de migração, de abarcar as diferentes culturas, porém o que acontece é exatamente o contrário, os estudantes é que precisam adequar-se aos currículos escolares.

Estabelecendo conexão sobre o parágrafo acima Canclini (2004), enfatiza a necessidade de procura de uma interculturalidade que inclua a continuidade dos pertencimentos étnicos, grupais e nacionais, ao lado do acervo transnacional, pois alega que conhecer significa se socializar na aprendizagem das diferenças e na possibilidade de levar à prática os direitos humanos interculturais.

Aceder à diversidade implica a articulação da diferença com a conexão, abrangendo o conhecimento do outro, na aprendizagem de lidar com a sua diferença. A expansão das telecomunicações amplia o conhecimento de diversas etnias, grupos e culturas, ao mesmo tempo em que nos põe em evidência aquilo que não vamos poder partilhar com outros, por serem diferentes. Trata-se de salientar a necessidade de criar um espaço no qual possa se organizar a diversidade, dentro da globalização, para que a mesma não crie desglobalização, na exclusão de alguns e a inclusão de outros mais favorecidos.

Como já mencionado neste documento, existem diversos autores que trazem contribuições sobre a cultura indígena, autores inclusive indígenas que escrevem com propriedade, pois falam de suas vivências e que são acessíveis quando pensamos na contribuição da formação docente. Não é mais aceitável que se fale em indígenas somente no mês de abril e por meio de uma abordagem empobrecida que descaracteriza e estereotipa. Existem documentos que trazem fundamentações teóricas e também abordagens práticas de

como trabalhar a história do Brasil, digo a verdadeira história, não a narrada nos livros didáticos.

É necessário que o professor se informe, se forme para depois auxiliar na construção do conhecimento dos seus estudantes no que diz respeito ao interculturalismo. É necessário a escola repensar qual seu verdadeiro papel, desconstruir suas práticas de ensino quando falamos em história, desmistificar o que é ensinado sobre não somente os indígenas, mas também sobre os negros. Se faz necessário que as leis sejam cumpridas, que os escritos nos documentos sejam colocados em prática.

2.1 A Literatura Indígenas das Escolas Públicas

Diante dos desafios da interculturalidade já mencionado nessa pesquisa, se faz necessário estudar a literatura indígena nas escolas, especificamente, em escolas públicas. A regulamentação da lei nº 11.645/2008, de 10 de março de 2008, viabilizar ações para a implantação e efetivação de novas práticas pedagógicas no currículo escolar, especificamente no âmbito do ensino da história, literatura brasileira e educação artística.

Segundo, BRANDILEONE e VALENTE (2018). "Estas leis, de caráter afirmativo, reconhecem a escola como lugar de formar cidadãos e, portanto, são pautadas em concepções redutoras, preconceituosas e estereotipadas da cultura indígena, que se estende desde os dias de hoje" (pág,200). Portanto os estudos das literaturas indígenas ressaltam uma discussão e reconhecimento da cultura indígena, relacionando, ao seu modo de vida, com a cultura, natureza, culinária, animais, danças, jogos e brincadeiras.

Quanto à literatura, isto é, à promoção da literatura, sobretudo no espaço escolar, vale ressaltar que, desde o surgimento do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE), em 1997, várias produções literárias que abordam a temática indígena ou incorporam personagens indígenas têm sido selecionadas e incluídas nos acervos que chegam às escolas públicas brasileiras, sendo que algumas dessas obras têm sido objeto de análise de pesquisas que, de uma perspectiva culturalista, examinam as representações dos povos indígenas em produções que chegam às nossas crianças e jovens. (2018, p. 201).

O que precisamos entender, é que a literatura indígena, não basta ser escrita apenas por escritores indígenas, e sim por escritores e estudiosos da cultura, que desenvolvem narrativas sobre os povos originários. Assim quebrar os estigmas e estereótipos que esses povos vêm enfrentando. Além disso, se os educadores se atualizar-se, e buscar-se trabalhar a literatura indígena, os conteúdos seriam bem discutidos e bem pensados para que seu trabalho alcance êxito e excelência. Algumas questões precisam ser bem pensadas. Conforme sugestão da professora Janice Thiél (2019), indicaremos abaixo cinco livros escritos por indígenas que podem ser trabalhados em sala de aula. Nessas obras, a história dos povos nativos do país é contada por meio de narrativas didáticas, tornando acessível a abordagem do tema entre crianças. Confira:

1) *Das crianças Ikpeng para o mundo - Marangmotxíngmo Mirang, coleção Um Dia na Aldeia, adaptado e ilustrado por Rita Carelli. Editora Cosac Naify, 2014.*

2) *Awyató-Pót: histórias indígenas para crianças, coleção O Universo Indígena - Série Raízes, de Tiago Akiy. Editora Paulinas, 2011.*

3) *As fabulosas fábulas de Iauaretê, de Kaká Werá Jecupé. Editora Peirópolis, 2007.*

4) *Irakisu: o menino criador, coleção Memórias ancestrais: povo Nambikwara, de Renê Kithãulu. Editora Peirópolis, 2002.*

5) *Coisas de índio: um guia de pesquisa, de Daniel Munduruku. Editora Callis, 2010.*

Esses são apenas exemplos da vasta literatura que temos acesso, enquanto professora acredito que é por meio da leitura e discussão com os estudantes nas escolas que vai se desconstruir o processo de colonização e de valorização da cultura europeia dando espaço a valorização das nossas origens e ancestralidades.

Aqui sigo, com algumas literaturas indígenas para serem trabalhados, que está disponibilizado no documento: Currículo da cidade, Povos Indígenas: Orientações Pedagógicas (2019). Segue abaixo:

- *Mitologia, fábulas, narrativas – Uma boa parte dos livros escritos por indígenas trazem esse tipo de tema. Com ele é possível trabalhar a visão simbólica, histórias da criação do mundo, dos homens e das coisas (frutas, raízes, céu, terra, estrelas, lua, rios). Para as crianças pequenas as fábulas são sempre uma boa narrativa por trazer animais como protagonistas e podem ajudar na transmissão de valores sociais, culturais, morais e éticos.*
- *Meio Ambiente – Os indígenas não costumam separar-se do ambiente onde vivem. Ideias como pertencimento, integração, coletivismo, solidariedade, cuidado com os lugares podem ser bastante trabalhadas a partir da leitura de livros com esta temática;*
- *Jogos e brincadeiras – Os livros trazem a descrição do cotidiano de uma aldeia e de como as crianças interagem com o seu meio, a partir dos jogos e brincadeiras, e podem ajudar a organizar um gradiente de atividades; 96*
- *Ritos e rituais – Em alguns livros, é possível perceber como acontecem os rituais que movem o cotidiano indígena, inclusive como são realizados os ritos e rituais que são marcações no tempo e que demarcam os diversos momentos da vida indígena. São livros que poderão ser melhor usados nas classes mais adiantadas;*
- *Velhos, idosos, sábios – É comum encontrar nos livros a palavra dos mais velhos dentro das sociedades indígenas. Em quase todos esses livros os avós são tratados de maneira muito especial. Isso permitirá trabalhar temas como a interação entre crianças, jovens e velhos e resgatar a importância dessa convivência na formação humana das crianças;*
- *Papeis sociais – Os livros quase sempre retratam a convivência diária em aldeias procurando ressaltar os diversos papéis sociais que são vividos ali. O papel de cada pessoa dentro dessa*

estrutura, ajuda organizar as diversas atividades resultando em divisão de trabalho, cumprimento de atividades comunitárias e a convivência mais harmoniosa entre as pessoas;

- *Outras versões da história – É sempre bom trazer para as crianças e jovens outras versões da história. Isso ajuda a criar uma consciência mais cidadã e participativa. Alguns dos livros escritos por indígenas, trazem um pouco dessas versões que podem ser trabalhadas sobretudo entre os estudantes maiores;*
- *Culinária e saúde – Nas narrativas de origem, é possível encontrar elementos que ajudam a entender a cosmologia indígena, ou seja, os símbolos presentes nos corpos e nas mentes deles. Nesse sentido, trabalhar o tema da culinária pode ser bem positivo porque fará compreender a ideia de saúde ou doença para esses povos.*

Estabelecer acervos de culturas indígenas e Afrodescendentes é proporcionar discussões sobre questões raciais históricas e contemporâneas. Apresentar a literatura indígena, na educação Infantil e Ensino Fundamental I, parte de um pressuposto que busca alcançar o pensamento crítico e a subjetividade do educando.

Como já foi mencionado por diversas vezes neste presente trabalho cabe à escola repensar sua forma de contar a história do nosso povo valorizando-a e ressignificando-a, pois somente dessa forma nossa cultura passará a ser enxergada com novos olhares. É preciso desmistificar a ideia do indígena como um selvagem, preguiçoso, perigoso e passar a enxergá-lo como aquele que é o responsável, e de suma importância na construção cultural do povo brasileiro. Se existimos, só existimos porque temos ancestralidade. Acredito que o caminho é a literatura, é preciso ler sobre a cultura dos povos originários desde a inserção da criança na escola fazendo com que construa saberes sobre sua origem e sua história.

2.2 Currículo da cidade Povos Indígenas: Orientações Pedagógicas

Para complementar a pesquisa, apresento o livro como base de estudos “Povos indígenas: Orientações Pedagógicas” (2019).

O material foi elaborado pelo núcleo das Relações Étnico Raciais pertencente a Secretaria Municipal de Educação e tem como objetivo orientar os docentes da Rede Municipal de Ensino em relação ao trabalho com os povos indígenas, desconstruindo conceitos e imagens preconcebidas e empobrecedoras construídas ao longo dos tempos.

O livro “Povos indígenas: Orientações Pedagógicas” (2019). foi escrito pelos autores Cristino Wapichana e Daniel Munduruku.

O primeiro capítulo intitulado como “Usando palavras certas” traz um panorama de como aconteceu o processo de colonização e a ideia romantizada que foi reproduzida pelas escolas de que os portugueses foram heróis que tiveram que lutar bravamente contra os povos nativos que aqui encontram.

É preciso nos libertarmos deste conceito que desvaloriza nossa diversidade. Precisamos entender que não existem “índios” no Brasil. Precisamos aprender como chamá-los, como festejá-los, como conhecê-los, como valorizá-los. Precisamos encontrar um lugar para eles dentro de cada um de nós. A melhor maneira de fazer isso é conhecendo-os da melhor maneira que pudermos. (2019, p.16).

Os autores ressaltam a importância de pararmos de tratar os povos indígenas como se fossem “uma coisa só”, “um só povo”, pois o próprio nome que demos aos indígenas “índios” corrobora com essa concepção pejorativa e empobrecida, uma invenção dos colonizadores. Ainda sobre os relatos dos autores:

Há muitos equívocos ainda. Há fatos a respeito dos indígenas que nunca foram ensinados de uma forma honesta. Muito recentemente é que nós estamos conquistando espaço para podermos contar a história a partir de nossa ótica e sob uma visão de mundo particular. Não se pode pensar que a nossa história segue o mesmo percurso da história ocidental. E isso é um outro nó que é preciso ser desatado. (2019, p.16).

Partindo desse contexto, reafirmo a importância da escola ressignificar todo seu processo educacional, visitar a história do povo indígena com o olhar da desconstrução de tudo que foi ensinado nos livros didáticos, e repensar seus objetos de ensino. A título de informação o livro aponta que a população indígena foi calculada, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), realizado em 2010, em 896,9 mil pessoas, compreendendo tanto aquelas que vivem em aldeias como as que moram em cidades e se autodeclaram indígenas. O Brasil conta com a existência de uma população indígena com cerca de 275 línguas e dialetos.

Os autores encerram este primeiro capítulo por meio de indicações e referências bibliográficas aos docentes com o objetivo de ampliar os seus saberes e, conseqüentemente, os saberes dos estudantes em sala de aula.

Este livro, em seu segundo capítulo, com o título de “NESTA TERRA TINHA GENTE!”

Neste capítulo, Daniel Munduruku um dos autores do documento relata sobre seus questionamentos enquanto criança e relata muitas conversas com seu avô, pois era uma criança curiosa e que queria entender a origem do seu povo. O autor relata que aprendeu sobre suas origens ouvindo histórias e que cada povo cria suas próprias histórias de um jeito todo “seu” e de acordo com suas particularidades, porém ressalta que a história da humanidade segue uma linha que precisa ser repensada e reinterpretada. Ao trazer esse contraponto, Daniel nas entrelinhas fala da importância de ressignificar a história dos nossos ancestrais que até hoje ainda é desvalorizada e ensinada nas escolas de acordo com o olhar da cultura europeia.

E essa história – para o europeu da época de 1500 – começou com um mito criador contado pelos hebreus há milhares de anos, que foi recontado para nós– de forma sutil e convincente – ao longo de toda nossa trajetória histórica. Quando aqui chegaram, os europeus trouxeram, marcada na pele, a convicção de que estavam fazendo valer a ordem que o Criador – conforme descrito no livro Gênesis – lhes dera de dominar e submeter o mundo criado. Chegaram com a firme convicção de que, assim agindo, conquistariam um pedaço no paraíso celeste, que foi feito para acolher as boas pessoas, as que por esta terra fizessem o bem. Assim foi o começo do Brasil.

No dizer de Roberto Gambini (2000, p.23). “O começo do povo brasileiro é o começo do fim da alma ancestral da terra. É um instante de interseção, em que algo principia e algo começa a ser extinto”.

Do meu ponto de vista como educadora que vem de uma cultura vivenciada numa aldeia indígena, a descolonização do currículo e a resignação da nossa verdadeira história pode ser sim mudada a partir do momento que a escola repensar os seus valores, que tipo de cidadão deseja formar. Muito se fala na formação de cidadãos críticos e atuantes na sociedade, porém não há como ser crítico sem entender suas origens. É por meio da leitura, da formação docente, da formação nos cursos de graduação que a verdadeira história pode ser compreendida por nós cidadãos que viemos de uma ancestralidade indígena e afrodescendente. É valorizando e compreendendo nosso passado que passaremos a entender quem somos e que tipo de sociedade queremos ajudar a construir.

Este livro, em seu terceiro capítulo vai falar sobre “Visões que marcaram a difícil arte de ser “índio” no Brasil.

Este capítulo é de extrema relevância, pois traz o questionamento sobre “descobrimento” ou “invasão”. Até hoje é comum nas escolas falar-se em Descobrimento do Brasil, como se nosso país não existisse anteriormente à chegada dos portugueses. Cabe ressaltar que não podemos generalizar, pois na escola onde atuo como estagiária existe vasta discussão sobre a questão de ressignificar a nossa história e esse movimento está acontecendo na educação brasileira, porém de modo tímido e que necessita ser ampliado e repensado.

Sobre esse aspecto Lemos (2012, p.37) declarou: “invenção” foi proposto por Edmundo O’Gorman, que considerou que Cristóvão Colombo estava convencido de ter chegado à Ásia e constatado naquelas terras algo conhecido anteriormente, mas ainda não explorado. Por isso chamou os habitantes de “seres asiáticos”. Para o autor, “invenção” indicava que a América não foi descoberta ou achada, mas inventada à imagem e semelhança da Europa.

O autor finaliza o capítulo falando sobre o século XIX onde foram criados principais mitos sobre os indígenas, que ficaram fixados na mente dos brasileiros por causa das ideias trazidas pela Revolução Industrial e pelo pensamento do francês Jean Jacques Rousseau e sua teoria sobre o “bom selvagem”, e pelas literaturas românticas de Gonçalves Dias e José de Alencar, que apresentaram um indígena submisso ao modelo europeu. Daniel afirma que a Proclamação da República não alterou muito o jeito de enxergar os povos indígenas, mas trouxe um elemento novo no trato com aquelas populações que ainda não tinham contato com o Brasil, por meio da sensível política desenvolvida por Cândido Mariano Rondon, o marechal responsável pela criação do SPI – uma instituição que foi posteriormente substituída pela FUNAI sob a égide dos militares, que tomaram o poder em 1964, e que até hoje ainda é responsável pela política para os povos indígenas.

Este livro, em seu quarto e último capítulo “O movimento indígena e os indígenas em movimento: novas formas de fazer política” e “Por aqui também tem!!!”

O movimento indígena – como instância política – cresceu, e se multiplicaram as organizações comunitárias em busca de reivindicações específicas que culminaram com a necessidade de formar profissionais qualificados em diversas áreas do conhecimento. Essas pessoas – homens e mulheres – formam o que hoje chamamos Indígenas em Movimento, pois atuam de forma autônoma na sociedade brasileira sem abrir mão de sua ancestralidade.

O autor relata que muitas foram as conquistas dos povos indígenas, porém ainda existem muitos entraves por conta das disputas de terras e dos indígenas serem considerados muitas vezes um empecilho para o progresso do País, uma vez que muitas aldeias encontram-se em terras ricas em minérios, o que gera cobiça tanto nacional quanto internacional.

Sobre o autor: DANIEL MUNDURUKU é escritor indígena, graduado em Filosofia, tem licenciatura em História e Psicologia. Doutor em Educação pela USP. É pós-doutor em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos – UFSCar Diretor presidente do Instituto UKA - Casa dos Saberes Ancestrais. Autor de 52 livros para crianças jovens e educadores é Comendador da Ordem do Mérito Cultural da Presidência da República desde 2008. Em 2013 recebeu a mesma honraria na categoria da Grã-Cruz, a mais importante honraria oficial a um cidadão brasileiro na área da cultura. Membro Fundador da Academia de Letras de Lorena. Recebeu diversos prêmios no Brasil e Exterior entre eles o Prêmio Jabuti, Prêmio da Academia Brasileira de Letras, o Prêmio Érico Vanucci Mendes (outorgado pelo CNPq); Prêmio Tolerância (outorgado pela UNESCO) como livro “Meu vô Apolinário - um mergulho no rio da (minha) memória”. Muitos de seus livros receberam o selo Altamente Recomendável outorgado pela Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil (FNLIJ). Em 2017 foi contemplado com o Prêmio Jabuti na categoria Juvenil, com o livro “Vozes Ancestrais”. É o grande ganhador do Prêmio da Fundação Bunge pelo conjunto de sua obra e atuação cultural, em 2018. Reside em Lorena, interior de SP.

3. CONSIDERAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES SOBRE CULTURA E LITERATURA INDÍGENA E AS SUAS RELAÇÕES

Para seguir com esse capítulo, faz necessário apontar os elementos principais, que enriquecem a cultura indígena. Essa dimensão, ocorrerá, a partir da minha perspectiva, como aluna de ancestralidade indígena, que pretende contribuir para o desenvolvimento crítico dos educandos. Partindo desse contexto, é necessário estudar os elementos, natureza, lendas, danças e jogos.

O objetivo desta pesquisa, é tornar a cultura e literatura indígena cada vez mais reconhecida, valorizando ambos os aspectos, mediante a aprendizagem e desenvolvimento, com foco maior, anos iniciais de sua escolarização.

Partindo desse contexto, a cultura indígena é rica e tem muitas influências, desde a culinária, danças, músicas, jogos, literatura, artesanatos e plantas medicinais. Esses hábitos e crenças estão presente na sociedade brasileira. Podemos dizer, que a música popular, conta com grandes influências indígenas, adentrando que alguns instrumentos utilizados na cultura popular, é de origem indígena, como os chocalhos, flautas, instrumento de sopros e percussão. A música e a dança se fazem muito presente, e tem um poder divino com a natureza. Constato que as plantas medicinais, tem o poder de cura, tanto espiritual como físico, e, está sendo bastante utilizados pelo povo brasileiro. A cultura indígena, influenciou em seus hábitos de crenças e religiosidades, e foram influenciados pela cultura europeia. Ao explorar os elementos que compõe a natureza, de manter viva a cultura indígena, é enfatizar a riqueza e a pluralidade de nossa cultura. Como os alimentos, que os povos indígenas consomem, livre de agrotóxicos. Assim, evidenciam, alguns aspectos, que a literatura está presente, nos próximos capítulos.

3.1 Natureza e Lendas

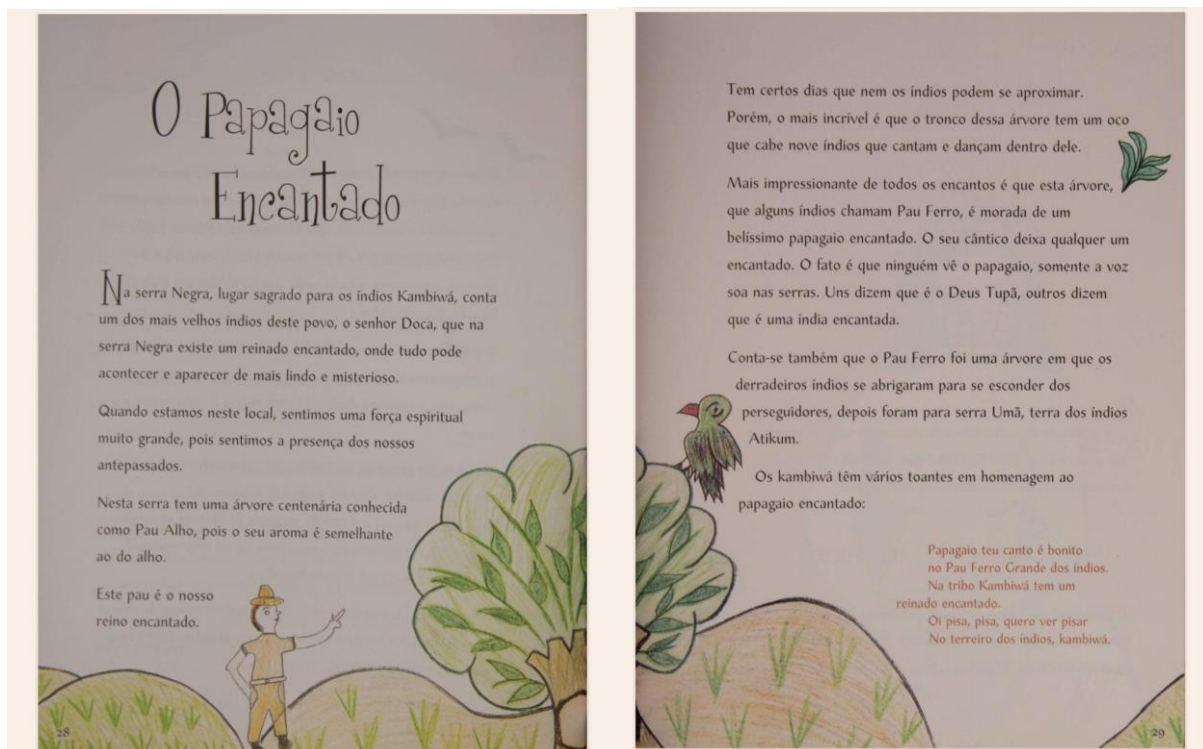
Para contemplar a herança cultural, destaco que a natureza e as lendas, transmitem todos os saberes ancestrais, por meio da literatura. Portanto, o livro de Literatura Infantil “Meu Povo Conta” (2006), escrito por professores/professoras indígenas de Pernambuco, tem o objetivo de implementar a literatura indígena para as escolas de contexto urbano, promove e desenvolve competências leitoras de diferentes características, valoriza contos de diferentes povos e tradições.

A literatura indígena envolve compreensão de mundo, identidade e educação, do conviver com a interculturalidade dos povos ancestrais. É possível analisar e estudar textos literários indígenas, que seja possível pensar em práticas escolares, favorecendo o processo de aprendizagem nos anos iniciais e a experiência e inclusão da interculturalidade.

De acordo com a autora Coelho, (2000, p. 16). *“A escola é, hoje, o espaço privilegiado, em que deverão ser lançadas as bases para a formação do indivíduo”.*

Diante da pesquisa, resalto que a escola é, o centro que deveríamos privilegiar e que devem ser colocados a percepção do real, das múltiplas significações, consciência do eu e do outro, do processo de auto-realização cultural. O mesmo acontece, quando apresentamos a linguagem oral, através das narrativas indígenas, contempladas nessa pesquisa. Dessa forma, muitas vezes as crianças apresentam dificuldades, dentro dos aspectos que não convive. Apresentar a natureza e as lendas, em discurso oral, passa a ser compreensiva, pois resulta a comunicação viva com outras pessoas.

Apresento um trabalho interdisciplinar, realizado em uma escola pública de educação infantil, do qual o objetivo realizado por mim, foi trabalhar a interculturalidade, cabendo que as escolas públicas, já trabalham os povos indígenas e afros-descendentes. Partindo deste contexto, trabalhei a lenda “O PAPAGAIO ENCANTADO” disponibilizado no livro, Meu Povo Conta (2006). Apresentei a lenda de forma lúdica, convidando para ouvir embaixo de uma árvore, indagando algumas perguntas sobre a lenda. O documento, foi escrito em 2006, portanto, usam o termo “INDÍO”. Veja:



A turma, demonstrou bastante interesse pela lenda e pelos povos indígenas. Seguindo com o projeto, o caça ao papagaio, foi um momento de diversão e trabalho em equipe. Espalhei partes do papagaio pelas árvores da escola, e juntos construímos um painel interativo com elementos da natureza, para exposição do tema povos indígenas. Ser uma contribuinte viva deste momento foi enriquecedor, para desmitificar estereótipos que os povos originários enfrentam em contexto urbano. O objetivo deste trabalho, foi pontuar o quanto a literatura indígena, está presente em nosso cotidiano.

Segundo GALENTE, MAESTRI E PRÉZIA (2019). “A natureza é um lugar sagrado, vê-se que o mundo espiritual indígena está muito associado ao ambiente natural. Ao contrário de nossa cultura ocidental, para os indígenas, não há separação entre o sagrado e o profano. Tudo é sagrado: a natureza, a vida, a doença e a morte”. (p.100). Concluo que cada elemento da natureza reflete em nosso modo de viver, de ver e de sentir, envolvendo-se numa relação de troca, que fundamenta o sentimento e, é isso que a literatura indígena, transmite, a natureza tem muito o que nos ensinar.

3.2 Danças e Jogos

Para o desenvolvimento deste estudo, as danças e os jogos indígenas têm uma importante manifestação cultural com os povos originários. Em particularidade, cada povo indígena tem seus caracteres ritualísticos, que de modo são carregados de valor espiritual. Essa é a forma que as comunidades indígenas relacionam com suas ancestralidades e com os elementos da natureza.

Ao trata da importância das danças indígenas, é relevante mencionar estudos anteriores sobre a temática. Portanto apresenta vídeos, músicas e lendas, torna-se compreensível, que as danças e os jogos fazem parte do patrimônio cultural indígena. Dessa forma, destaco que o Toré é uma dança (ritual) comum a várias etnias do nordeste brasileiro, como os Pankararu, Pankararé, Kaririri-Xocó, Xukuru-Kariri, Potiguara, Geripancó e Fulni-ô. O toré compõem em uma dança circular, em filas ou pares que envolve a tradição, música, religiosidade e brincadeira, ao som dos maracás, zabumbas, gaitas e apitos. Em suma, as danças e os jogos indígenas contribuem para seu patrimônio cultural, que guardam em si uma série de valores ancestrais, que ocupam um lugar importante na cultura indígena e estão intrinsecamente ligados à sua literatura. Muitas vezes, danças e jogos tradicionais são narrados e representados através de histórias e lendas indígenas, transmitindo ensinamentos e fortalecendo os laços comunitários.

Além disso, a literatura indígena também se manifesta em formas escritas, como romances, poesias e contos. Nesses casos, as danças e jogos podem ser utilizados como uma metáfora para retratar questões importantes da cultura indígena, como o respeito à natureza, a importância da cooperação e a valorização do coletivo.

Os jogos buscam promover a aproximação entre os diferentes povos, como forma de celebração de seus costumes, tradições e valores. Por fim, visam sensibilizar os não indígenas sobre a diversidade das culturas indígenas e sobre a importância dessas culturas. (ROQUE,2015, p. 13).

A contribuição da literatura indígena para os jogos está relacionada à preservação e valorização das tradições culturais. Ao literatizar os jogos tradicionais indígenas, eles se tornam parte do patrimônio imaterial da cultura e são difundidos para além das comunidades nativas, possibilitando o diálogo intercultural e a valorização das práticas indígenas. Por outro lado, os jogos podem contribuir para a literatura indígena ao proporcionar novas formas de representação e narrativa.

Jogos digitais, por exemplo, podem ser utilizados como plataformas para contar histórias indígenas, despertando o interesse de um público mais amplo para a literatura indígena e sua importância cultural. A cultura e literatura indígena estão profundamente relacionadas aos jogos, seja por meio da representação de jogos tradicionais em narrativas literárias ou pelo uso de jogos

como forma de expressão e preservação cultural. A interseção entre literatura indígena e jogos oferece oportunidades de diálogo intercultural e valorização das práticas indígenas, contribuindo para o fortalecimento da identidade cultural e a promoção da diversidade.

Segundo ROQUE, em seu livro: JOGOS MUNDIAIS DOS POVOS INDÍGENAS: O IMPORTANTE É CELEBRAR (2015). Estes eventos são essenciais para o reconhecimento dos povos indígenas. Portanto, dá conhecimento e sentido a diversidade a garantir seus direitos. É um espaço de formação e troca de experiências, de valorização cultural por meio da prática de seus jogos, possibilitando um posicionamento ético e político, fundamentada no protagonismo indígena. Pretende-se com os jogos, espalhar a diversidade cultural que existe entre os povos originários, que fazem parte de um conjunto de significações culturais compostos pelos rituais, tradições orais e atividades cotidianas para a garantia da sobrevivência.

Destacam-se três pontos que abrange os direitos e conquistas dos povos indígenas. O primeiro trata-se da “Arena dos jogos” que reúne grupos indígenas de diferentes etnias, possibilitando trocas de experiências.

Relativamente o segundo ponto “Oca dos saberes”, é um espaço que, a garantia dos direitos indígenas que tem ganhado complexidade e que vai além das políticas sociais, culturais e educacionais. Portanto, o livro destaca a importância desses jogos como elemento participante da educação brasileira. Por fim, a “Oca Digital” surgiu para facilitar o contato com diferentes grupos indígenas, sem a intermediação, garantindo a transmissão desses conhecimentos para as novas gerações. Atualmente a tecnologia se tornou essencial para a comunicação entre os indígenas. Este é um meio de fortalecer os saberes ancestrais e pedagógicos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término desse trabalho de Conclusão de Curso foi possível constatar que, a literatura indígena atua como elemento que possibilita a construção do conhecimento histórico do nosso povo, nosso País, o reconhecimento da nossa cultura.

A literatura é o caminho que conduzirá a formação de cidadãos que conhecem sua verdadeira história e que valoriza suas ancestralidades. O trabalho com a literatura indígena na escola possibilita a releitura do que está posto pela cultura ocidental valorizada e enxergada como única e definitiva.

A formação por meio da literatura indígena é o caminho para quebrar estereótipos e preconceitos do senso comum, construídos sobre realidade indígena que está na base do processo de discriminação sofrido por estas comunidades ao longo dos séculos, um povo silenciado e desmerecido por conta de um país que teve sua história invadida, roubada, desconstruída e recontada por uma cultura europeia.

Ao utilizarmos a literatura em sala de aula, daremos espaço para a formação de leitores competentes, multiculturais e multiletrados e cientes de sua história.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

KRENAK, Ailton e cols. **Curso Jenipapos - Literatura de autoria indígena**. Disponível em: <https://polo.org.br/> . Acesso em: 20 de junho de 2023.

A INFLUÊNCIA DA CULTURA INDÍGENA NA SOCIEDADE BRASILEIRA. Disponível em: <https://www.sabra.org.br/site/culturaindigena/#:~:text=A%20cultura%20ind%C3%ADgena%20tem%20muitas,e%20at%C3%A9%20mesmo%20na%20dan%C3%A7a>. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

ALMEIDA, Clara. **Literatura indígena brasileira: origens, desenvolvimento e importância**. Disponível em: <https://www.multirio.rj.gov.br/index.php/reportagens/15026-literatura-ind%C3%ADgena-brasileira-origens,-desenvolvimento-e-import%C3%A2ncia>. Acesso em: 29 de setembro de 2023.

BRANDILEONE, Ana Paula Franco Nobile e VALENTE, Alves Thiago. **Literatura indígena para crianças: o desafio da interculturalidade**. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/elbc/a/qsfZp8Q3TY3DbByZKyDHfHc/abstract/?lang=pt#>. Acesso em 06 de novembro de 2022.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica** / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 562.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB.9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm#:~:text=L9394&text=Estabelece%20diretrizes%20e%20bases%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o%20nacional.&text=Art.%201%C2%BA%20educa%C3%A7%C3%A3o%20abrange,civil%20e%20nas%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais. Acesso em: 06 de novembro de 2022.

Censo Escolar da educação básica 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/microdados/censo-escolar>. Acesso em: 14 de julho de 2023.

COELHO, Nelly Novaes. **Literatura Infantil: Teoria, Análise e Didática**. 7. ed. Editora Moderna, 2000. p. 287.

CONHEÇA O TORÉ, RITUAL DE DIFERENTES ETNIAS DO NORDESTE DO PAÍS. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/conheca-o-tore-ritual-de-diferentes-etnias-do-nordeste-do-pais>. Acesso em: 13 de outubro de 2023.

Daniel Munduruku: O **professor deve se perguntar ‘Qual é o indígena que mora dentro de mim?’**. Disponível em: <https://porvir.org/daniel-munduruku-o-professor-deve-se-perguntar-qual-e-o-indigena-que-mora-dentro-de-mim/>. Acesso em: 21 de setembro de 2023.

DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando. **Literatura Indígena Brasileira contemporânea: Criação, Crítica e Recepção**. Porto Alegre, RS: Editora FI, 2018. Disponível em: <https://www.editorafi.org/>. Acesso em: 06 de novembro de 2022.

GAMBINI, Roberto. **A Alma Ancestral do Brasil**. Disponível em: <http://escoladedialogo.com.br/escoladedialogo/index.php/biblioteca/artigos/a-alma-ancestral-do-brasil/>. Acesso em: 29 de setembro de 2023.

GRAÚNA, Graça. **Literatura Indígena no Brasil contemporâneo e outras questões em aberto**. 2012. Disponível em: <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/EL/article/view/3357>. Acesso em: 06 de novembro de 2022.

JUNQUEIRA CARMEN. **Uma introdução, história dos povos indígenas no Brasil**. São Paulo: EDUC, 1991. p.111.

NEGREIROS, Carmem. LEMOS, Masé. ALVES, Ida. **Literatura e paisagem em diálogo**. - Rio de Janeiro: Edições Makunaima, 2012. p. 255.

PROFESSORES E PROFESSORAS Indígenas de Pernambuco. **Meu povo conta**. 2.ed. Belo Horizonte: **Centro de cultura Luiz Freire**, 2006. Disponível em: <http://cclf.org.br/wp-content/uploads/publicacoes/meu-povo-conta.pdf>. Acesso em: 06 de novembro de 2022.

Povos Indígenas & educação / Maria Aparecida Bergamaschi, Maria Isabel Habckost Dalla Zen, Maria Luisa Merino de Freitas Xavier (organizadoras). - 2.ed. - Porto Alegre: Mediação, 2012. p. 200.

Povos Indígenas: **terra, culturas e lutas** / Benedito Prezia, Beatriz Catarina Maestri, Luciana Galante. – 1 ed. – São Paulo: Outras Expressões, 2019. p.144

ROQUE, Lucas, Terena Marcos, CALFIN Juan Antônio e Terena Taily - **Jogos mundiais dos povos indígenas: Brasil, 2015: O importante é celebrar**. PNUD, 2017. p. 104.

SÃO PAULO (SP). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. **Currículo da cidade: povos indígenas: orientações pedagógicas** – São Paulo: SME / COPED, 2019.

Disponível em: <https://educacao.sme.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/Portals/1/Files/53254.pdf>. Acesso em: 15 de novembro de 2022.

WEISSMANN, Lisette. **Multiculturalidade, transculturalidade, interculturalidade**. Construção psicopedagógica. Vol.26 no.27 São Paulo 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-69542018000100004. Acesso em: 29 de setembro de 2023.